



Conselho Nacional de Justiça
Processo Judicial Eletrônico

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0003481-92.2023.2.00.0000 em 20/09/2023 11:49:43 por LUIS FELIPE SALOMAO

Documento assinado por:

- LUIS FELIPE SALOMAO

Consulte este documento em:
<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código: **2309201149427840000004812290**
ID do documento: **5294450**





Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0003481-92.2023.2.00.0000**
Requerente: **EDUARDO FERNANDO APPIO**
Requerido: **CORTE ESPECIAL ADMINISTRATIVA DA CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO - TRF 4 e outros**

DECISÃO

1. Trata-se de pedido de providências, com medida liminar, apresentado por EDUARDO FERNANDO APPIO, juiz federal da 4ª Região, por meio do qual, com fundamento no artigo 4ª, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, postula que este Conselho promova a avocação de procedimento disciplinar contra o peticionário em trâmite perante a Corte Especial Administrativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

O pedido de concessão de medida liminar foi indeferido por decisão monocrática desta Corregedoria Nacional de Justiça (Id 5216602).

No ponto, a mencionada decisão limitou-se a indeferir o pedido de imediata suspensão da decisão administrativa cautelar da Corte Especial Administrativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, que afastou o peticionário do exercício da jurisdição da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Contra a decisão de Id 5216602 o peticionário interpôs recurso administrativo apreciado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na 13ª Sessão Virtual de 2023, sendo que, na ocasião, o Conselho negou provimento ao recurso.

Contudo, em 19/09/2023, o Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, ao analisar petição de extensão de efeitos de decisão prolatada nos autos da Reclamação n. 43.007 (PET 11.793), de autoria do juiz federal Eduardo Fernando Appio, proferiu decisão suspendendo o andamento do processo administrativo disciplinar em face do magistrado Eduardo Fernando Appio, em trâmite na Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem prejuízo da eventual avocação por esta Corregedoria Nacional de Justiça, nos termos do disposto no artigo 103-B, § 4º, inciso III, da Constituição Federal.



Conselho Nacional de Justiça

Em referida decisão, o Ministro Dias Toffoli estabeleceu que esta Corregedoria Nacional de Justiça fosse oficiada para a adoção das medidas cabíveis.

É o relatório. Decido.

2. Em cumprimento à decisão do Exmo. Ministro Dias Toffoli, fato novo surgido em 19/09, passo a analisar a possibilidade de avocação do expediente disciplinar 0004349-50.2023.4.04.8000, da Corte Especial Administrativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, em face do magistrado Eduardo Fernando Appio.

Com efeito, a consulta ao PJeCOR e às informações fornecidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no documento de Id. 5220520, indicam que foi realizado o contraditório diferido no procedimento investigativo preliminar anterior ao PAD.

Nesse sentido, importante ressaltar que o procedimento investigativo preliminar na origem levou à instauração (em sessão realizada no dia 24/07/2023) de procedimento administrativo disciplinar (PAD) contra o magistrado requerente, tendo a Corte Especial Administrativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região – após defesa prévia do juiz investigado – referendado a decisão que afastou cautelarmente o magistrado Eduardo Fernando Appio das atividades jurisdicionais.

Contudo, não só a decisão do Exmo. Ministro Dias Toffoli acima referida, mas também o avanço dos trabalhos da correição extraordinária realizada por esta Corregedoria Nacional de Justiça na 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba e nos gabinetes dos Desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, trouxeram fatos novos que apontam a necessidade de reapreciação do pedido de avocação do referido processo administrativo disciplinar contra o juiz federal Eduardo Appio.

3. De fato, conforme relatório parcial das atividades da citada Correição Extraordinária, datado de 15/09/2023, esta Corregedoria Nacional de Justiça, em apuração preliminar das atividades da 13ª Vara Federal de Curitiba e da 8ª Turma do TRF4, identificou:

“(...) hipótese de fato administrativo com possível repercussão disciplinar. Informações obtidas indicam falta do dever de cautela, de transparência, de imparcialidade e de prudência de



Conselho Nacional de Justiça

magistrados que atuaram na operação lava-jato, promovendo o repasse de valores depositados judicialmente e bens apreendidos à PETROBRAS e outras empresas, antes de sentença com trânsito em julgado, que retornariam no interesse de entes privados. Obtenção de informações com emprego das seguintes técnicas: exploração de mídia e documentos, requisições de documentos e oitivas de pessoas em torno do fato. O estudo do conjunto aponta para a ocorrência das infrações e para a necessidade de aprofundamento e expansão do foco.”

Tais constatações iniciais – somadas às diversas alegações de parcialidade (por variados motivos) que recaem sobre vários juízes e desembargadores envolvidos nos julgamentos de casos da denominada Operação Lava Jato – permitem concluir que há conexão entre o caso apurado no processo administrativo disciplinar contra o magistrado Eduardo Appio - instaurado no âmbito do TRF4 - e os casos que motivaram as reclamações disciplinares neste Conselho Nacional de Justiça contra os desembargadores Marcelo Malucelli (PP 0002576-87.2023.2.00.0000, RD 0002578-57.2023.2.00.0000, RD 0002584-64.2023.2.00.0000, RD 0002616-69.2023.2.00.0000 e RD 0003189-10.2023.2.00.0000), Loraci Flores de Lima (RD 0002836-67.2023.2.00.0000) e Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz (RD 0003189-10.2023.2.00.0000), bem como contra a juíza federal Gabriela Hardt (RD 0001799-44.2019.2.00.0000, RD 0000041-88.2023.2.00.0000, RD 0001994-87.2023.2.00.0000, RD 0003375-33.2023.2.00.0000, RD 0004231-94.2023.2.00.0000 e RD 0004236-19.2023.2.00.0000).

Assim, consoante apontado pelo Exmo. Ministro Dias Toffoli em sua decisão conjunta na PET 11791/DF e PET 11793/DF, não há razão para que as mencionadas “reclamações disciplinares (...) tramitem perante o Conselho Nacional de Justiça e que apenas o juiz Eduardo Fernando Appio seja investigado disciplinarmente perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.”

4. Ademais, recentemente a Corte de origem apreciou uma proposta apresentada pelo magistrado ora requerente, em Questão de Ordem, no sentido de uma transação administrativa/disciplinar, mas a recusou.

Nesse sentido o teor do ofício encaminhando pelo Presidente Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, datado de 06/09/2023:



Conselho Nacional de Justiça

(...) comunico a Vossa Excelência que foi proferido julgamento pela Corte Especial Administrativa deste Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão ordinária realizada no dia 31 de agosto de 2023, em sede de processo administrativo disciplinar (PAD) em face de magistrado, autuado sob o PJECor n. 0000013-72.2023.2-00.0404 e só o SEI TRF4 n. 0006828-16.2023.4.04.8000.

No bojo do referido processo, a Corte Especial Administrativa deste Tribunal apreciando questão de ordem proposta pelo Relator, decidiu, por maioria, afastar a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) neste processo administrativo disciplinar instaurado contra o Juiz Federal Eduardo Fernando Appio.

A certidão de julgamento teve o seguinte teor (6834171):

Processo:

0006828-16.2023.4.04.8000 – Processo Administrativo Disciplinar

Colegiado:

Corte Especial Administrativa

Data da Sessão:

31/08/2023 10:01:00

Relator:

LUIS ALBERTO D´AZEVEDO AURVALLE

Dispositivo:

A Corte Especial Administrativa, examinando questão de ordem proposta pelo Relator decidiu solvê-la no sentido de (i) POR UNANIMIDADE, afirmar a competência deste Colegiado para apreciar o pedido de adoção de solução consensual antecipada, (ii) POR MAIORIA, vencidos parcialmente os Desembargadores Federais Rômulo Pizzolatti e Luciane Amaral Corrêa Munch, reconhecer o cabimento, em tese, de celebração de termo de ajustamento de conduta no bojo de processo administrativo disciplinar contra magistrado, e (iii) POR MAIORIA, afastar a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta neste processo administrativo disciplinar instaurado contra o Juiz Federal Eduardo Fernando Appio, nos termos do voto do Relator, vencidos neste ponto os Desembargadores Federais Rômulo Pizzolatti e Luiz Fernando Wowk Penteado que entendiam possível a aplicação de transação consubstanciada na remoção do magistrado, sem assunção de sua culpa, para Vara com



Conselho Nacional de Justiça

competência previdenciária ou sem jurisdição em matéria penal localizada em Curitiba/PR, por período mínimo de dois anos.

(...)

Nesse passo, também para apreciar a viabilidade desta proposta, é conveniente a avocação deste procedimento para análise da Corregedoria Nacional.

5. Destarte, para viabilizar a análise conjunta de referidos processos – o que, somado aos trabalhos da correição extraordinária realizada por esta Corregedoria Nacional de Justiça, contribui para uma melhor instrução e esclarecimentos dos fatos –, **avoco** a este Conselho Nacional de Justiça o processo administrativo disciplinar em face do magistrado Eduardo Fernando Appio, em trâmite na Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos termos do artigo 103-B, §4º, inciso III, da Constituição Federal.

Por ora, **mantenho o afastamento cautelar** do magistrado Eduardo Fernando Appio do exercício da jurisdição da 13ª Vara Federal de Curitiba, diante do que já foi decidido pelo Plenário Virtual do CNJ.

6. Oficie-se ao Exmo Ministro Dias Toffoli e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, encaminhando-se cópia da presente decisão.

Requisite-se, ainda, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região a íntegra do processo administrativo disciplinar (PAD) em face do juiz federal Eduardo Fernando Appio.

Intimem-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**
Corregedor Nacional de Justiça

F69/J15



Conselho Nacional de Justiça